

Junho/2007

O que a Europa precisa agora.(*)

Entrevista com Jürgen Habermas

Tradução de Francielle Maria Chies

Matthias Hoenig. – Professor Habermas, o senhor tinha apenas 15 anos no final da Segunda Guerra Mundial, mas tinha idade suficiente para experimentar pessoalmente os efeitos devastadores do nacionalismo cego. Agora que os Estados Unidos estão celebrando o 50º Aniversário da assinatura do Tratado de Roma, o que você se lembra, como uma testemunha, desses anos do pós-guerra?

J H: Tenho que confessar que, 50 anos atrás, a questão doméstica de armas nucleares para o exército alemão Ocidental era de mais interesse para mim que a criação da Comunidade Econômica Européia (CEE). Eu não percebia, lá atrás, o CEE como uma união de alfândegas que já tinha sido equipado com instituições de tipo constitucional, e então tinha oferecido o prospecto de uma real Comunidade Européia, isto é, uma unificação política dos países de Europa Ocidental. Por outro lado, os motivos dos sustentadores do movimento de paz nacional estavam em acordo com a direção das seis nações fundadoras do CEE e seus porta-vozes principais: Adenauer, de Gasperi e Schumann. Esses objetivos eram: mais nenhuma guerra entre os estados-nações que tinham devastado um ao outro em duas guerras mundiais, e a firme ancoragem da Alemanha em uma comunidade das nações européias, a mesma Alemanha que tinha lançado a última guerra e sofrido a monstruosa e criminal responsabilidade pelo Holocausto.

M. H. Que os estados membros da União Européia poderiam fazer novamente guerra um contra o outro parece inconcebível. E a maturidade do Mercado Comum trouxe prosperidade a muitas pessoas. Nós podemos celebrar uma histórica troca de paradigma na política européia, longe de pensar em termos de estados-nações, e nos direcionarmos para uma visão genuinamente pan-européia?

J. H. Isso é certamente motivo para celebrar, embora a troca de paradigma não seja ainda completa. Mas houve outra consequência que, com algum grau de autoconsciência, nós poderíamos fazer bom uso. Na tensão de hoje em dia, de situação multi-polar, a unificação européia torna possível para nós desempenhar um papel que ninguém poderia ter previsto anteriormente, no começo do conflito do Oriente-Occidente. No início, "Europa" era uma resposta aos problemas internos; hoje, quando pensamos no futuro de Europa, nossos olhos estão principalmente em problemas que nos desafiam do exterior. Não é só a expansão da UE para o Oriente que está estendendo as dinâmicas de unificação para além do que se chegou em Nice. Mas, admitidamente, não estamos ainda prontos para desempenhar o papel de uma ponte diplomática entre poderes globais.

M. H. Você poderia citar um desafio geopolítico particular?

J. H. Peguemos o exemplo do recente conflito entre Israel e Hizbullah, levado a cabo em terra libanesa. Graças à política unilateral de governo do Bush no conflito de Oriente Médio, o Estados Unidos foram, durante muito tempo, um jogador partidário. Muitas pessoas fixaram suas esperanças na Europa, que foi considerada como neutra. Mas, aparte de enviar para sua política externa o

porta-voz Javier de Solana para o Beirute e Jerusalém, a EU proporcionou um espetáculo cômico com seu coro de vozes dissonantes. Ao mesmo tempo, certos países, individualmente, como a França, Inglaterra, Alemanha, Itália e Espanha, tentaram se sobressair por eles mesmos e excederam um ao outro avançando iniciativas nacionais.

M. H. O que você colocaria no topo da agenda política da UE: a recentemente constituída UE; uma política europeia externa comum; uma política comum de forças armadas europeias; a domesticação do neo-liberalismo internacional fixando padrões sociais; ou assumir um papel principal nos esforços internacionais para lidar com mudança climática?

J. H. Você listou os desafios mais urgentes que uma Europa unida tem que enfrentar no século 21. Mas uma política externa comum, a criação de forças armadas em comum e a harmonização de impostos e políticas econômicas para assegurar nossa arriscada reunião social e padrões culturais estão em um nível real diferente da derrotada constituição da UE. Antes de poder estabelecer tais metas ambiciosas para si mesmo, a UE expandida tem que colocar primeiro sua própria casa em ordem, desse modo pode permanecer governável e desenvolver a habilidade para agir politicamente. Acima de tudo, não deveríamos abrigar nenhuma ilusão sobre de onde está realmente vinda a resistência em relação a um aprofundamento de instituições da UE ...

M. H. ... da rejeição de muitos cidadãos ao longo da Europa?

J. H. Não de resistência feita pelo povo! É uma idéia compreensível, todavia, errada, e tem criado raízes desde a derrota da constituição na França e nos Países Baixos. De fato, na maioria dos países há maiorias silenciosas que favorecem um fortalecimento da União Europeia. A razão subjacente para paralisia é, antes, a de que vários governos têm objetivos discrepantes quanto à União. A obstrução que vemos hoje vem do fato que nossos governos estão evitando o conflito previsível em cima deste assunto central. Houve informações, por exemplo, que como Presidente do Conselho Europeu, a Alemanha está preparando uma declaração para o jubileu de 25 de março que só menciona tangencialmente o problema da constituição.

M. H. Então, qual é o significado dos resultados negativos nos referendos franceses e holandeses?

J. H. A fracassada consulta popular ficou em evidência simplesmente pelo fato que nossos governos estão presos em um beco sem saída e não podem se mover nem para frente nem para trás. Até agora eles puderam confiar no "método de Monnet" e seguir os imperativos que inevitavelmente surgiram da integração econômica. O Mercado Comum não foi um jogo de soma zero. Trouxe vários benefícios a todo estado membro. Através de contraste, uma moldura constitucional para demandas de uma política comum irá além do reconhecimento dos benefícios para cada estado membro. Obviamente nossos governos ainda não podem alcançar acordo sobre a última meta, o real significado do "projeto europeu".

M.H. Seria possível dizer, mais concretamente, de quem é o erro?

J. H. Deixando de lado os novos estados membros, a Grã Bretanha e alguns países escandinavos estão puxando em uma direção, enquanto as nações fundadoras e a Espanha estão empurrando em outra. O acordo de Bruxelas com metas concretas para reduzir a mudança de clima (news story), que ainda

tem de ser implementada, deve ser considerado um sucesso para Angela Merkel. Mas, verdadeiramente, era qualquer coisa a mais do que um movimento de distração antes da real batalha?

M. H. Então quem deveria incitar o desenvolvimento europeu, se não os governos?

J. H. A única saída que eu vejo é um referendo Europeu amplo. Os governos – que controlam o processo, afinal de contas – têm que reconhecer a própria ineficácia deles e, pelo menos uma vez, "ousar usar democracia." Eles têm que se erguer e enfrentar os partidos políticos da qual eles estão filiados com a necessidade de se engajar em uma ampla e aberta campanha pela Europa, uma luta para cada e todo voto em favor de uma expansão e aprofundamento da União Europeia, ou em oposição a isso.

M. H. Como você enfatizou, em muitas ocasiões, desenvolvimentos geopolíticos exigem uma Europa forte que poderia se tornar um modelo para fusões semelhantes em poderes supranacionais em outros continentes. Um simples sistema econômico internacional não pode ficar sem tais jogadores globais, você tem argumentado, e em todo caso nem problemas de segurança internacionais nem desafios da mudança climática podem ser tratados só em âmbito nível nacional. Em resumo: dado todos os problemas que não podem ser tratados nacionalmente, o modelo de estado-nação está fora do caminho?

J. H. Não, estados-nações permanecem os mais importantes jogadores na fase internacional. Eles também constituem componentes insubstituíveis de organizações internacionais. Afinal de contas, a comunidade internacional é organizada na forma de "Nações Unidas." Quem tem de apoiar e nutrir a ONU e prover tropas para intervenções humanitárias senão os estados-nações? Quem, se não os estados-nações, garantirá direitos iguais para todos os cidadãos? O que tem de mudar – e isso já está feito na Europa – é a própria imagem de estados-nações que têm de aprender não se ver tanto como jogadores independentes, mas como sócios de uma comunidade maior que se sentem obrigados a aderir a normas comuns. Eles têm de aprender procurar seus próprios interesses dentro de redes internacionais, mais por diplomacia inteligente que pela ameaça de força militar unilateral.

M. H. Você criticou as políticas de poder rudes do E.U.A. nitidamente debaixo da administração Bush, que faz os interesses de seu próprio país o critério supremo e que suspendeu abertamente as principais doutrinas de direito internacional. Em sua visão, políticas mundiais, hoje, são governadas por um "Darwinismo social" desinibido. Uma Europa forte poderia fortalecer as Nações Unidas e pavimentar o caminho para uma política doméstica mais justa em termos mundiais. Como você prevê isso, em termos concretos?

J. H. Seu breve julgamento negligencia duas coisas. Primeiro, que minha crítica à Administração Bush não sustenta a brisa mais lânguida de sentimento antiamericano. Aqui na Alemanha, anti-americanismo sempre fez parte dos movimentos mais reacionários. Mas o fato que minha geração, em particular, admira, e aprendeu da política cultural dos Estados Unidos, que é enraizada no século 18, não me obriga à lealdade inquestionável. Antes, faz eu me apegar à significação normativa da orientação da República Federal para o Ocidente, até mesmo contra as políticas autodestrutivas de um governo americano que pode ser tirado por meio de voto. Secundariamente, eu não sou tão ingênuo para acreditar que até mesmo uma Europa, que aprendeu falar com uma única

voz, pudesse sozinha ocasionar a extensa reforma das Nações Unidas. Se os Estados Unidos não encabeçam o movimento para reforma – como fez duas vezes no curso do século 20 – há pouco chance de seu sucesso. Nós podemos cultivar a esperança, no máximo, de que uma Europa mais forte poderá influenciar seus aliados ao longo destas linhas. Ao mesmo tempo nós temos que pensar com a probabilidade de que a próxima gestão dos EUA procurará uma neo-realista política de poder e tenderá a não estar aberto aos prospectos normativos de uma fortalecida Organização das Nações Unidas.

M. H. Que metas, a longo prazo, deveriam ser procuradas pela UE como um corpo político? Sua visão inclui um "Estados Unidos da Europa" com um governo comum, cidadania, forças armadas, etc.? A que a estrutura política da Europa deveria se parecer, daqui a 50 anos?

J. H. Uma visão corajosa para 50 anos não nos ajudarão a seguir no momento. Eu estou contente com uma visão para o período que conduz até as eleições europeias em 2009. Essas eleições deveriam ser juntadas com um amplo referendo-Europa em três perguntas: se a União, além de procedimentos decisórios efetivos, deveria ter presidente diretamente eleito, seu próprio ministro do exterior e sua própria base financeira. É isso que o Primeiro-Ministro, Guy Verhofstadt, da Bélgica, defende. Tal proposta só venceria passaria em revista se vencesse por “dupla maioria” dos Estados membros e pela maior parte dos votos de cidadãos individuais. Ao mesmo tempo, o referendo só estaria ligando nessas nações sócias da UE nas quais uma maioria de cidadãos que havia votado nas reformas. Se o referendo tivesse sucesso, significaria o abandono do modelo de Europa como uma escolta na qual o veículo mais lento fixa o passo para tudo. Mas até mesmo em uma Europa que consiste em um centro e uma periferia, esses países que, por enquanto, preferem permanecer na periferia por um tempo teriam, certamente, que guardar a opção de se tornar parte do centro a qualquer momento

Observação

(*) Matthias Hoenig é jornalista da revista alemã *Perlentaucher*, onde publicou esta entrevista de Habermas, cedida para Francielle Maria Chies e Paulo Ghiraldelli Jr. do Centro de Estudos em Filosofia Americana (CEFA)
Para citar o artigo, indique o tradutor, Francielle Maria Chies e o CEFA – www.pragmatismo.org –, bem como o local publicado, o Portal Brasileiro da Filosofia – www.filosofia.pro.br